COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 640, DE 2010

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado CLAUDIO CAJADO

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 640, de 2010 - a qual encontra-se instruída com exposição de motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Justiça- o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

A finalidade do Tratado sob consideração é estabelecer um mecanismo de cooperação na esfera da assistência judiciária, com o intuito de proporcionar às pessoas condenadas - e, portanto, privadas da liberdade em decorrência de sentença ou decisão judicial - a possibilidade de virem a cumprir em seu próprio país de origem a sanção penal que lhes haja sido imposta. Tal concessão parte do princípio de que os condenados estarão mais adaptados social e culturalmente à realidade de seu país de origem e, também, próximos de suas famílias, o que contribui para a sua reabilitação e reinserção social, um dos objetivos precípuos da pena segundo o direito penal.

Nesse sentido, o Tratado assume como premissa, conforme consignado no preâmbulo de seu texto, que a cooperação judiciária a ser implementada pelas Partes deverá favorecer aos objetivos de justiça e reabilitação social de pessoas condenadas, sendo que tais objetivos requerem que se dê às pessoas privadas de liberdade em razão do cometimento de um crime a oportunidade de cumprirem as penas em suas próprias sociedades, sendo que esse objetivo pode ser mais bem alcançado com sua transferência para seus países de origem.

Sendo assim, os aspectos essenciais do Tratado podem ser assim descritos:

O texto estabelece como princípio geral, nos termos do Artigo 3º, o compromisso das Partes de prestar-se mutuamente a cooperação mais ampla possível com relação à transferência de pessoas, possibilitando à pessoa condenada no território de uma Parte ser transferida para o território da outra Parte, de acordo com as disposições do Tratado, para cumprir a pena a ela imposta. Para esse fim, a pessoa condenada poderá expressar ao Estado de condenação ou ao Estado de execução seu interesse em ser transferida ao amparo do Tratado.

O início de procedimento de transferência dependerá de pedido da pessoa condenada (ou encaminhado por familiar ou representantes legal), sendo que a transferência dependerá de uma série de condições, previstas no Artigo 5º, tais como: ser o condenado nacional do Estado de execução, ter a pena que estiver sendo executada caráter definitivo; que os danos decorrentes do crime hajam sido compensados e as despesas judiciais reembolsadas, entre outras condições.

A fim de garantir a aplicação das normas do Tratado as Partes comprometem-se (conf. Artigo 6º) a informarem-se mutuamente, por escrito, sobre a imposição de penas privativas de liberdade a nacionais da outra Parte, bem como sua localização e, também, a explicar à pessoa condenada ou ao seu representante legal a possibilidade de endereçar às autoridades competentes de qualquer uma das Partes o pedido de transferência para o Estado de que a pessoa condenada é nacional e as conseqüências jurídicas decorrentes do pedido.

A pessoa condenada deve consentir a transferência, e fazê-lo voluntariamente e com pleno conhecimento das suas conseqüências

jurídicas, aspectos que deverão ser assegurados pelo Estado de condenação (Art. 8º).

A transferência não será concedida caso as condições estabelecidas no Artigo 5º não forem ou, a pena não puder ser executada pela Parte de que é nacional a pessoa condenada em razão de prescrição, conforme a legislação dessa Parte ou, ainda, na hipótese de a duração da privação de liberdade imposta no Estado de condenação for maior que a duração máxima estabelecida pela legislação do Estado de execução.

O Artigo 10º estabelece o prazo, de quarenta dias desde a data do recebimento dos documentos, para que se proclame a decisão sobre o consentimento ou denegação quanto ao pedido de transferência. Segundo o mesmo dispositivo, em caso de denegação do pedido de transferência, esta deverá ser fundamentada pela Parte correspondente.

No Artigo 12 do Tratado são estabelecidos efeitos da transferência em relação ao Estado receptor. A maior parte destes efeitos constituem-se em obrigações a serem cumpridas pelo Estado de execução da pena, para o qual o condenado for transferido. Nesse âmbito o Estado de execução, sem síntese, deverá: **(i)** assegurar a execução completa da pena; **(ii)** dar continuidade à execução da pena, de acordo com a sua legislação, sem agravar as condições penais da pessoa condenada, prevalecendo o princípio de que as questões relacionadas à execução da pena serão reguladas pela legislação do Estado de execução; **(ii)** assegurar que a pena imposta seja executada com base no julgamento do tribunal do Estado de condenação, sendo que o órgão autorizado do Estado de execução decidirá sobre a execução da pena de acordo com a sua legislação.

Além destes, outros efeitos serão decorrentes da transferência, segundo o Artigo 12, quais sejam: **(iv)** se a pena estiver relacionada com dois ou mais atos, um ou mais dos quais não constituir crime de acordo com a legislação do Estado de execução, tribunal desse Estado determinará qual parte da sanção deverá ser aplicada ao ato que constituir crime e, também, **(v)** a prevalência do princípio de que a execução da pena no Estado recebedor, ao amparo do Tratado não agravará, em nenhuma circunstância, a sanção imposta no Estado remetente.

O Tratado prevê, em seu Artigo 13, que apenas o Estado de condenação concederá indulto, graça ou anistia à pessoa condenada

transferida. Além disso, estes poderão ser concedidos a partir de pedido do Estado de execução ao Estado de condenação.

O Artigo 14 disciplina os aspectos relacionados à competência dos tribunais quanto à revisão da pena. Como princípio geral é assentada a competência dos juízos do Estado de condenação para apreciar todas as questões relacionadas à revisão penal. Segundo este dispositivo, na hipótese da pena vir a ser anulada, e nova investigação ou novo julgamento forem determinados, o Estado de condenação encaminhará cópia autenticada dessa decisão, registros criminais e outros documentos que resultem de ações processuais, traduzidos todos os registros criminais para o idioma do Estado de execução, a fim de se promover a persecução criminal conforme a legislação do Estado de execução. No mesmo sentido, a decisão sobre as questões relativas aos danos sofridos pela pessoa condenada em razão de indevida persecução criminal será de competência dos tribunais do Estado de condenação.

O Artigo 15 regulamenta o compromisso do Estado de execução de fornecer ao Estado de condenação as pertinentes informações relativas à execução penal.

O Artigo 16 estabelece os procedimentos relativos ao trânsito da pessoa condenada, por via aérea ou terrestre, caso a transferência de uma pessoa condenada seja acordada por uma das Partes com um terceiro Estado.

Quanto aos custos das transferências, o Artigo 19 dispõe que, até o momento da entrega da pessoa condenada, cada Parte arcará com os custos havidos em seu território com a transferência e, ainda, que o Estado de execução arcará com os custos referentes à realização da transferência e à continuação da execução da pena após a transferência.

Os Artigos 20 a 23 contém normas de caráter adjetivo e são referentes: **(i)** aos procedimentos para solução de controvérsias que eventualmente surgirem na aplicação do Acordo; **(ii)** à “aplicação temporal”, ou seja, à aplicabilidade das normas do Tratado tanto às penas impostas antes como àquelas impostas após sua entrada em vigor; **(iii)** à relação com outros atos internacionais, no sentido de que as disposições do Tratado não afetam os direitos e obrigações das Partes derivados de outros tratados; **(iv)** à entrada em vigor e aos procedimentos a serem adotados na hipótese de denúncia.

É o relatório. Passo ao voto.

II - VOTO DO RELATOR

O Brasil tem celebrado ao longo dos últimos anos alguns Tratados sobre a transferência de pessoas condenadas. Como o ordenamento jurídico brasileiro não contempla em disposições legais o instrumento da transferência *ex legge* de pessoas condenadas, torna-se necessária a celebração de acordos internacionais, bilaterais ou multilaterais, voltados a viabilizar a vigência de tal instituto. Tal aspecto comporta, além disso, inicialmente, uma vantagem, na aplicação desta espécie de medida jurídica, ou seja, a aplicação da reciprocidade de tratamento, que deverá ser dada pela *Contra Parte*, o Estado com o qual o Brasil celebrar ato internacional, beneficiando os cidadãos brasileiros que se encontram presos, cumprindo pena no exterior.

Atualmente, o Brasil possui Tratados de Transferência de Pessoas Condenadas celebrados e em pleno vigor com 6 (seis) países, quais sejam: Argentina (celebrado em 11.09.1998 e promulgado pelo Decreto nº 3.875, de 23.07.2001); Canadá (celebrado em 15.07.1992 e promulgado pelo Decreto nº 2.547, de 14.04.1998); Chile (celebrado em 29.04.1998 e promulgado pelo Decreto nº 3.002, de 26.03.1999); Espanha: (celebrado em 04.05.1998 e promulgado pelo Decreto nº 2.576, de 30.04.1998) Paraguai: Celebrado em 29.10.2002 e promulgado pelo Decreto nº 4.443, de 28.10.2002); Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (celebrado em 29.01.2002 e promulgado pelo Decreto nº 4.107, de 28.01.2002.). Além disso, tramitam no Congresso Nacional Tratados de Transferência de Pessoas Condenadas com Portugal, Peru e, também, a Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior. Por fim, o Brasil tem negociado, estando ainda pendentes de aprovação legislativa ou assinatura, Tratados desta espécie com a Alemanha e no âmbito do MERCOSUL e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP.

Vale destacar que a Organização das Nações Unidas tem estimulado o desenvolvimento deste tipo de cooperação entre seus Estados membros, e vem dirigindo esforços no sentido de difundir a proposta da transferência de presos como método moderno de reeducação, voltado para o fortalecimento do alicerce de reconstrução pessoal do preso diante da perspectiva de futura vida livre no convívio social.

A celebração do Tratado em apreço encontra fundamento em razões de caráter humanitário, que apontam no sentido de favorecer aos condenados penais o cumprimento das sanções que lhes foram impostas em seus locais de origem, onde normalmente residem seus familiares e pessoas de suas relações. Outra razão para celebração dessa espécie de avença internacional repousa no próprio interesse do Estado em melhor cumprir sua função de administração da justiça – no caso, de aplicação do direito penal – mediante a promoção de política adequada de reabilitação dos apenados e reinserção destes no meio social, em observância aos modernos cânones da ciência penal, objetivo que pode ser mais facilmente alcançado em decorrência da promoção da referida proximidade entre preso e familiares.

Segundo as Escolas Modernas de Direito Penal, ao considerarem a finalidade da pena, prevalece a noção de que a pena é, por sua natureza, retributiva mas, também, reintegradora dos valores fundamentais da vida coletiva. Nesse contexto, encontra-se entre as funções-finalidades da pena a prevenção contra novos delitos, a defesa da sociedade e o propósito de promover a sólida reintegração do condenado na sociedade e na família. Os atos internacionais, como o Tratado em epígrafe, que visam à transferência de pessoas condenadas, coadunam-se com esta visão contemporânea pois, de um lado, preservam o caráter retributivo da sanção penal mas, de outro, permitem a vigência de uma abordagem antropológica, que valoriza a reabilitação do indivíduo e sua reinserção no meio social.

A celebração do Tratado em apreço, e conseqüente aplicação do instituto da transferência de pessoas condenadas, beneficiará os cidadãos brasileiros que hajam sido condenados com base na legislação penal do Estado estrangeiro e que se encontrem cumprindo pena restritiva de liberdade no território desse mesmo Estado, na hipótese concreta que ora consideramos, na Ucrânia. Por outro lado, a vigência do instituto da transferência de pessoas condenadas, em virtude do princípio da reciprocidade, possibilitará solucionar as dificuldades inerentes ao estrangeiro, no caso, aos ucranianos, condenados segundo a lei brasileira e que estejam ou venham a cumprir pena no Brasil, dificuldades estas que são relativas à execução da pena, como, por exemplo, atos de discriminação ocorridas dentro dos estabelecimentos prisionais.

O texto do instrumento internacional sob consideração contempla todos os elementos necessários para o desenvolvimento da

cooperação nos termos propostos, ou seja, promover o pleno funcionamento do instituto da transferência de pessoas condenadas entre o Brasil e a Ucrânia, razão pela qual estamos convencidos da importância de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado CLAUDIO CAJADO
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2011.

(Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à consideração do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido tratado, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do artigo 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado CLAUDIO CAJADO
Relator